

編號：第 172/2026 號 (刑事上訴案)

上訴人：(A)

日期：2026 年 4 月 29 日

**主要法律問題：**

- 審查證據方面明顯有錯誤
- 犯罪未遂 不予處罰
- 理由說明
- 刑罰的選擇

**摘 要**

1. 具體分析相關的證據，原審法院在審判聽證中聽取了案中證人的證言，審查了案中的文件、播放了現場的錄影片段等。原審法院客觀分析種種證據，並根據自由心證原則對上訴人實施了有關罪行的事實做出判斷。

2. 上訴人所採用的犯罪方法是，在賭局開彩後將未中彩的籌碼移動至中彩的位置。質言之，從一般經驗上講，上訴人使用的方法在未被他人注意及發現的情況下是有可能引致既遂的，其是否成功取決於以上條件的偶然性，其使用之方法並非在性質上以及效用絕對上絕對不可行。

3. 原審判決在量刑時提及到“須考慮不法程度、實行之方式、後果之嚴重性、對被要求須負之義務之違反程度、故意之嚴重程度、所表露之情感、嫌犯之動機、個人狀況及經濟狀況、犯罪前後之行為及其他已確定之

情節。”雖然原審法院並未指出本案犯罪事實的不法程度(高、中或低等)、嫌犯的故意程度(高、中或低等)的具體情況，但這並不能說原審法院對相關因素未作考慮。

4. 考慮到上訴人案發時為初犯，其行為屬偶然犯罪行為，其犯罪故意程度一般，涉及金額不高，本院認為無必要執行徒刑，可將科處的徒刑以罰金代替。因此，本院改判以相同日數(九十日)罰金代替，根據《刑法典》第 45 條第 1 款及第 2 款的規定，按照上訴人的個人及家庭的實際經濟情況，日罰額定為一百澳門元 (MOP\$100.00)，即合共為九千澳門元 (MOP\$9,000.00)。上訴人如不繳納罰金，須服所科處之三個月徒刑。

裁判書製作人

---

譚曉華

# 合議庭裁判書

編號：第 172/2026 號 (刑事上訴案)

上訴人：(A)

日期：2026 年 4 月 29 日

## 一、案情敘述

於 2025 年 12 月 18 日，初級法院刑事法庭在第 CR3-25-0288-PCS 號卷宗內裁定嫌犯(A)以直接正犯及未遂方式觸犯一項《刑法典》第 211 條第 1 款及第 2 款所規定及處罰的詐騙罪，判處三個月徒刑，緩刑執行，為期一年。

嫌犯(A)不服，向本院提起上訴，並提出了以下的上訴理由（結論部分）：<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> 其葡文結論內容如下：

1. O presente recurso vem interposto da douta sentença proferida pelo Tribunal recorrido que condenou, em julgamento singular, a Arguida (A), ora Recorrente, pela prática, na forma tentada, de 1 (um) crime de burla, previsto e punido pelo artigo 211.º, n.ºs 1 e 2 do Código Penal (CP), na pena de 3 meses de prisão, suspensa na sua execução pelo período de 1 ano.
2. A decisão judicial acima descrita não colhe a aquiescência da Arguida, ora Recorrente, pugnando esta que a douta sentença proferida pelo Tribunal a quo nestes autos encerra um claro e notório erro de julgamento e viola ainda a lei.
3. Como se sabe, a lei penal visa essencialmente com este tipo legal de crime (crime de burla) proteger o património, entendido este, numa acepção jurídico-económica, como um conjunto de utilidades económicas cuja disponibilidade e fruição o ordenamento jurídico tutela ou, pelo menos, não desaprova.
4. Em sede de imputação objectiva do evento à conduta do agente, a burla é um crime complexo, que comporta, um tripló nexó de causalidade.
5. E, no que concerne ao tipo subjectivo para o preenchimento do crime de burla em causa,

---

cumpra realçar que mostra-se absolutamente necessário que a conduta do agente seja dolosa com a “intenção” de conseguir, através da sua conduta, um enriquecimento ilegítimo, ilícito, ilegal e injustificado à luz da lei, ao qual não corresponde, objectiva ou subjectivamente, qualquer direito, mas que ganha relevância como elemento constitutivo do crime aqui em causa.

6. No caso em apreço, invoca a Recorrente que o Tribunal recorrido incorreu em claro e notório erro de julgamento no âmbito da decisão que perfilhou porquanto a prova produzida nestes autos impunha que um determinado ponto da matéria de facto relevante (constante na contestação apresentada pela Arguida) que foi dado como não provado devesse ter sido julgado como provado.
7. Neste caso, a reapreciação da matéria de facto em causa que aqui se invoca não se restringe meramente ao texto da decisão recorrida, alargando-se à análise da prova documental registada e produzida em audiência de julgamento, dentro naturalmente dos limites impostos pelo n.º 4 do artigo 402.º e pelo artigo 415.º do CPP.
8. Em resumo, a matéria de facto constante dos artigos 20º e 22º da contestação foi, e bem, considerada provada pelo Tribunal a quo, enquanto que a matéria de facto constante do artigo 21º da contestação foi de forma errada, salvo melhor opinião, considerada não provada.
9. Na verdade, resulta claramente das fotografias de fls. 22 e 23 e dos vídeos constantes dos presentes autos que: Às 01:33:50 do dia 24 de Abril de 2025, a bola da roleta caiu na posição “31” daquela mesa de jogo, tendo a Arguida logo de seguida (precisamente às 01:33:50 deste dia) movido as três fichas colocadas na posição “34” (de cor vermelha, laranja e roxa) para junto da linha divisória que divide as posições “34” e “31”, ficando essas fichas ainda totalmente dentro da posição “34”.
10. Essa mesma matéria de facto também resulta provada por força do Relatório Pericial elaborado pela Polícia Judiciária de fls.17 e verso dos autos cujo valor probatório é totalmente inquestionável e irrefutável.
11. Em face daquelas fotografias e sobretudo das conclusões constantes do referido Relatório Pericial efectuado pela Polícia Judiciária que se encontram junto aos autos, chega-se assim à conclusão de que o Tribunal recorrido elaborou num erro de julgamento, com todo o respeito e sem embargo de douta opinião contrária, padecendo por isso a decisão recorrida do vício de erro notório na apreciação da prova.
12. Esse erro de julgamento apontado à douta decisão objecto do vertente recurso inquinam este segmento da douta sentença recorrida do vício de erro notório na apreciação da prova, previsto no art. 400º, nº 1 alínea c) do Código de Processo Penal, devendo ser tal decisão revogada pelo Venerando Tribunal de Segunda Instância no sentido de considerar aquela matéria totalmente provada.
13. Sendo desnecessário o reenvio do processo para novo julgamento nos termos admitidos no art. 418º, nº 1 do mesmo diploma legal porquanto a prova acima aludida já se encontra nos presentes autos.
14. Esta matéria de facto (que foi considerada como não provada pelo Tribunal recorrido) deve assim ser considerada como assente em face dos elementos de prova juntos aos autos nos termos acima expostos, assumindo a mesma factualidade particular relevância porquanto permite aquilatar que a Arguida usou meios claramente inaptos para atingir a sua pretensão nos termos a seguir expostos.
15. Com efeito, mesmo que se entenda, por mero exercício de raciocínio, que a Arguida tivesse o propósito de enganar o casino e de se locupletar com um ganho ilícito, o certo é que o meio empregue por aquela se mostrou manifestamente inapto com vista a essa pretensão,

- 
- pelo que a tentativa deixa de ser punível nos termos do artigo 239, n.º 3 do CP.
16. A propósito, estabelece o artigo 221º n.º 2 do CP que a tentativa não é punível quando for manifesta a inaptidão do meio empregado pelo agente.
  17. O juízo sobre a aptidão ou inaptidão do meio tem de ser, em primeiro lugar, um juízo objectivo, quer dizer, não releva aquilo que o agente considera apto ou inapto, existente ou inexistente.
  18. Em segundo lugar, a aferição daquela valoração, tanto quanto possível objectiva, tem de assentar em dois planos: de um lado, na determinação e consideração razoáveis que a generalidade das pessoas ou um círculo de pessoas - que detenham especiais conhecimentos na matéria - fazem sobre o meio ou o objecto da causa; de outro, nos especiais conhecimentos do agente e da sua pertinência à vítima.
  19. A manifesta inaptidão do meio empregado pelo agente é assim objectivamente aferida, à luz das circunstâncias do caso, de acordo com as regras da experiência comum, segundo um juízo de prognose póstuma de um observador colocado, no momento da execução, na mesma situação do autor.
  20. No caso em concreto, chegamos à conclusão que, quando a bola da roleta caiu na posição vencedora “31” daquela mesa de jogo, a Arguida logo de seguida moveu não só a sua ficha de jogo (de cor roxa) colocada na posição “34”, mas também as outras duas fichas (de cor vermelha e de cor laranja) pertencentes a outros dois apostadores também colocadas nesta posição, para junto da linha divisória que divide as posições “34” e “31”, ficando essas 3 fichas ainda totalmente dentro da posição “34”.
  21. Tendo a croupier da mesa descoberto imediatamente a acção da Arguida e recolhido posteriormente todas as fichas de jogo que foram apostadas naquela mesa em prol do casino, designadamente as 3 fichas acima referidas que estavam na posição “34”.
  22. Na verdade, era manifestamente impossível que a croupier não desse conta de forma imediata desse facto, sobretudo se tomarmos em consideração que a Arguida moveu não só a sua ficha mas as duas fichas que não lhe pertenciam.
  23. Ou seja, a actuação da Arguida estava desde logo destinada ao fracasso, sendo assim absolutamente normal que o croupier tivesse logo detectado a actuação da Arguida, recolhendo as três fichas de jogo em prol do casino em questão, tal como resultou provado nos presentes autos.
  24. Mas não só a croupier. Todas as pessoas que estavam na mesa de jogo em causa, sobretudo os dois apostadores cujas fichas de jogo foram movidas pela Arguida.
  25. Na situação concreta, tendo por referência a data da prática dos factos, as circunstâncias que os rodearam, apelando às regras da experiência comum, para a generalidade das pessoas, designadamente para os outros dois apostadores e sobretudo para a própria croupier, era por demais evidente e ostensiva a inidoneidade do meio empregue em face do contexto acima descrito.
  26. Termos em que deve a Arguida ser absolvida por força do disposto no artigo 22º, n.º 3 do CP em face da manifesta inaptidão do meio empregado objectivamente aferida, à luz das circunstâncias do caso, de acordo com as regras da experiência comum, segundo um juízo de prognose póstuma de um observador colocado, no momento da execução, na mesma situação da Arguida.
  27. Nos termos do artigo 40.º do CP, que dispõe sobre as finalidades das penas, a aplicação de penas e de medidas de segurança visa a protecção de bens jurídicos e a reintegração do arguido na sociedade e em caso algum a pena pode ultrapassar a medida da culpa, devendo a sua determinação ser feita em função da culpa do agente e das exigências de prevenção criminal, de acordo com o disposto no artigo 65º do mesmo diploma.

- 
28. Por um lado, visa-se a confirmação da validade e actualidade da norma incriminadora, e da consequente tutela da confiança da comunidade na sua vigência, restabelecendo-se a paz jurídica que fora abalada pela prática do crime (exigência de prevenção geral positiva).
  29. Por outro lado, visa-se a socialização do condenado, que se cumpre, naturalmente, na fase de execução da pena (exigência de prevenção especial positiva).
  30. Assim, a escolha da pena e a determinação da respectiva medida concreta são questões que devem ser resolvidas à luz das referidas finalidades.
  31. No entanto, em caso algum a pena pode ultrapassar a medida da culpa, nos termos do nº 2 do artigo 40º do mesmo diploma legal, surgindo assim a culpa como um limite inultrapassável da actuação punitiva do Estado em nome da dignidade do indivíduo.
  32. Necessidade, proporcionalidade e adequação são assim os princípios orientadores que devem presidir à determinação da pena aplicável à violação de um bem jurídico fundamental.
  33. Estão assim em causa dois patamares de exigência: exigências da prevenção geral positiva ou de integração, em que a finalidade primária da pena é o restabelecimento da paz jurídica comunitária posta em causa pelo comportamento criminal; e exigências de prevenção especial, nomeadamente da prevenção especial positiva ou de socialização.
  34. Porém, em caso algum pode haver pena sem culpa ou pena acima da culpa, i.e., pena que ultrapasse a medida da culpa, porquanto que o princípio da culpa assenta no princípio da inviolabilidade da dignidade pessoal.
  35. Por sua vez, o artigo 65º, nº 1 do Código Penal estabelece que a determinação da medida da pena, dentro dos limites definidos na lei, é feita em função da culpa do agente e das exigências de prevenção.
  36. Dispondo o nº 2 do mesmo artigo que, na determinação concreta da pena, o Tribunal atende a todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo de crime, depuserem a favor do agente ou contra ele, considerando.
  37. As circunstâncias e critérios do artigo 65º do Código Penal devem contribuir tanto para determinar a medida adequada à finalidade de prevenção geral como para definir o nível e a premência das exigências de prevenção especial (as circunstâncias pessoais do agente, a idade, a confissão, o arrependimento), ao mesmo tempo que também transmitem indicações externas e objectivas para apreciar e avaliar a culpa do agente.
  38. Ora, a natureza e o grau de ilicitude do facto impõe maior ou menor conteúdo de prevenção geral, conforme tenham provocado maior ou menor sentimento comunitário de afectação dos valores.
  39. Ora, entendeu o Tribunal recorrido não aplicar a pena de multa em face do carácter da Arguida, a natureza do crime e da necessidade de exigências de prevenção.
  40. Optando assim por uma pena de 3 meses de prisão em face dos critérios estabelecidos nos artigos 40º e 65º do CP, ou seja, considerando a culpa do agente, necessidades preventivas gerais, grau de ilicitude, gravidade das consequências e, por fim, as circunstâncias pessoais e a situação económica do agente e os seus antecedentes criminais.
  41. Quanto ao dolo e ao grau de ilicitude do comportamento da Arguida, cumpre dizer que não se fez prova da plena consciência da ilicitude por parte da Arguida, ou seja, que a mesma estava consciente de que, segundo as regras da roleta, colocando a ficha de jogo junto da linha divisória da posição vencedora, iria a mesma ganhar um proveito 17 vezes superior ao valor da sua aposta.
  42. Por sua vez, não estamos perante a necessidade de exigências preventivas gerais particularmente rigorosas tomando em conta que i) o crime não foi consumado; ii) o caso em concreto não teve qualquer repercussão no sentimento comunitário, designadamente na

- 
- própria sala de casino, na medida em que o croupier descobriu imediatamente o movimento da referida ficha de jogo que fora apostada pela Arguida (e das restantes duas fichas dos outros dois apostadores), recolhendo as mesmas fichas em prol do mesmo casino; e, por fim, o mesmo caso não teve qualquer repercussão exterior, designadamente nos meios de comunicação social e ao nível da própria comunidade.
43. Acresce que não resultaram quaisquer consequências nefastas advindas da conduta da Recorrente, sendo que nenhuma pessoa ou entidade (designadamente o casino em questão (Casino Venetian) sofreu qualquer dano resultante da conduta da Arguida; pelo contrário, o casino em questão ganhou o valor da aposta feita pela Arguida e esta, por sua vez; perdeu esse valor.
  44. Concluindo-se que não são de modo algum elevadas as exigências de prevenção geral e de integração.
  45. Por sua vez, a conduta anterior (e posterior) da Arguida é imaculada, sendo esta primária, sem qualquer antecedente criminal.
  46. E quanto às circunstâncias pessoais e à situação económica da Arguida, é a mesma professora, sendo casada com dois filhos menores, estando totalmente inserida do ponto de vista familiar, social e profissional.
  47. Concluindo-se que são particularmente ténues in casu as exigências de prevenção especial e de socialização.
  48. O que nos leva a concluir que as necessidades de prevenção especial se encontram no presente caso praticamente mitigadas porquanto a Arguida sempre cumpriu anteriormente com os ditames legais.
  49. Entende assim a Arguida que V. Exas, devem intervir na alteração da pena concreta que foi aplicada porquanto a decisão perfilhada pela Tribunal recorrido de lhe aplicar uma pena de prisão de 3 meses é manifestamente excessiva e desproporcionada, decisão essa claramente desviante dos critérios legalmente apontados.
  50. Ponderando todos estes factores, conclui-se que a pena de 30 dias de multa de 30 dias (à razão de MOP 100.00 por dia), no valor total de MOP 3,000.00, corresponderia ao limite da culpa da Arguida, revelando-se justa, adequada e necessária em face das necessidades mitigadas de prevenção geral e especial acima citadas que, no presente caso, se impunha levar em linha de conta.
  51. Como se disse anteriormente, entende a ora Recorrente que a pena que lhe foi aplicada de 3 meses de prisão é manifestamente excessiva tendo em conta as circunstâncias do presente caso, o facto de se tratar de um crime na forma meramente tentada e o seu grau de culpa.
  52. Tal como ficou provado nestes autos, a Recorrente é casada com dois filhos menores, sendo primária, não tendo praticado qualquer crime fosse no seu país natural (Rússia) fosse em Macau conforme certificados juntos aos autos e estando totalmente inserida do ponto de vista familiar, social e profissional.
  53. Importando realçar que se tratou de uma aposta de apenas HKD 500.00 em que, como se disse, a acção levada a cabo pela Arguida estava, logo à partida, condenada ao fracasso.
  54. Aqui chegados, cumpre dizer que, caso V. Exas. não aceitem que deva ser aplicada uma pena de multa nos termos preconizados anteriormente no presente recurso, deverá então esse Tribunal determinar a substituição da pena de prisão que foi aplicada à Recorrente por uma pena de multa.
  55. Como se viu, o Tribunal a quo entendeu não substituir por multa a pena de prisão que foi aplicada à Arguida considerando o carácter do arguido e a natureza do crime, seja para fins de prevenção geral ou especial, entendendo assim que a multa não atinge as finalidades das penas.

- 
56. Como se sabe, a lei prevê expressamente a possibilidade da pena de prisão em medida não superior a 6 meses poder ser substituída por igual número de dias de multa ou por outra pena não privativa da liberdade aplicável, excepto se a execução da prisão for exigida pela necessidade de prevenir o cometimento de futuros crimes, sendo correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 45º do CP (artigo 44º do CP),
  57. Como se sabe, a pena de multa que resulte, nos termos dos artigos 44.º, n.º 1, e 45.º do Código Penal, da substituição da pena de prisão aplicada em medida não superior a 6 meses, deve ser fixada de acordo com os critérios estabelecidos no n.º 1 do artigo 65.º e não, necessariamente, por tempo igual ou proporcional ao estabelecido para a prisão substituída.
  58. Assim, a pena de multa aplicada em substituição da pena de prisão, não tem que ter, necessariamente, correspondência aritmética com os dias da prisão fixada, estando, porém, sujeita ao limite previsto no artigo 45º, n.º 1, do Código Penal.
  59. Como se viu, o Tribunal recorrido entendeu não substituir a pena de prisão de 3 meses de prisão que foi aplicada à Arguida por uma pena de multa em face do carácter da Arguida, a natureza do crime e da necessidade de exigências de prevenção.
  60. Ora, o Tribunal não especificou os fundamentos concretos dessa decisão quando fala no carácter da Arguida, sendo certo que provado ficou que a mesma é primária, é casada com dois filhos menores e é professora, estando totalmente inserida em termos familiares, sociais e profissionais.
  61. Concluindo-se nos termos acima descritos que não são de modo algum elevadas as exigências de prevenção geral e de integração e que as necessidades de prevenção especial se encontram no presente caso praticamente mitigadas porquanto a Arguida sempre cumpriu anteriormente com os ditames legais.
  62. Requerendo-se assim subsidiariamente que a pena de 3 meses de prisão seja substituída por uma pena de multa de 30 dias à razão de MOP 100.00 por dia, no valor total de MOP3,000.00.
  63. Violou assim a decisão recorrida, entre outras normas, o artigo 401º, n.º 1, al. c), do CPP e o artigos 23º, n.º 3, 40º, 44º, 45º e 65º, todos do CP.

Termos em que deverá o presente recurso ser julgado procedente, e, em consequência:

- 1) Requer-se a V. Exas. se dignem reapreciar a prova carreada nos autos nos termos supra expostos, procedendo-se à sua renovação, designadamente a prova documental acima assinalada que aqui se dá por integralmente reproduzida;
- 2) E, conseqüentemente, se considere como provado que às 01:33:50 do dia 24 de Abril de 2025, a bola da roleta caiu na posição “31” daquela mesa de jogo, tendo a Arguida logo de seguida (precisamente às 01:33:50 deste dia) movido as três fichas colocadas na posição “34” (de cor vermelha, laranja e roxa) para junto da linha divisória que divide as posições “34” e “31”, ficando essas fichas ainda totalmente dentro da posição “34”.
- 3) Requer-se a V. Exas. se dignem revogar a decisão punitiva e, conseqüentemente, absolver a Arguida do crime de que vem acusada, na forma tentada, por força do disposto no artigo 22º, n.º 3 do CP, em face da manifesta inaptidão do meio empregado pela Arguida objectivamente aferida, à luz das circunstâncias do caso, de acordo com as regras da experiência comum, segundo um juízo de prognose póstuma de um observador colocado, no momento da execução, na mesma situação da ora Recorrente.
- 4) Subsidiariamente, requer-se que seja revogada a pena de 3 meses de prisão que foi aplicada à Arguida, aplicando-se uma pena de 30 dias de multa de 30 dias (à razão de MOP 100.00 por dia) no valor total de MOP3,000.00.
- 5) Ou, ainda a título subsidiário, requer-se a V. Exas. que a pena de 3 meses de prisão aplicada à Arguida seja substituída por uma pena de multa também de 30 dias à razão de

檢察院對上訴作出了答覆，並提出下列理據（結論部分）：

1. 上訴人認為，根據卷宗內的錄像及截圖，答辯狀第 21 點應獲證明。因此，原審法庭在審查證據方面明顯有錯誤。
2. 經過了審判聽證，原審法庭客觀及綜合分析了各名證人在審判聽證中的聲明，結合在審判聽證中播放涉案的錄像光碟，所審查的扣押物、視像筆錄及所截取的圖片，以及其他證據後，並在配合一般常理及經驗法則下形成心證，認定控訴書所載的事實獲證明。對於如何認定該等事實，原審法庭在事實之判斷中作出詳細闡述，載於判決書第 6 頁，在此視為完全轉錄，當中包括：
3. “在庭上證人(E)講述事件揭發的經過，並向法庭講述賭場的規則，只要籌碼放在兩號碼的分隔線上就視為買兩門，只其中一門勝出就賠 17 倍，如果買獨門，賠率是 35 倍，並表示嫌犯移動後之狀況（見第 23 頁下圖），視為買兩門。
4. 法庭在庭上播放第 17 頁影像，包括長鏡及近鏡，看到整個案發過程，當 31 號勝出之後，嫌犯快速將原來在 34 號（獨門）的整棟籌碼放在 31 號與 34 號的分隔線上（同見第 23 頁下圖）。
5. 影像所見，嫌犯在下注時非常俐落，而且下注了好多門，可見嫌犯並非不懂賭博規則，開彩後不能動籌碼不可能不知道，如果是無意，無須趁庄荷不在意時快速下手；根據影像所見，所移動的方位是中獎的 31，嫌犯犯案動機再明顯不過。如果嫌犯

---

MOP100.00 por dia no valor total de MOP3,000.00.  
Assim procedendo, farão V. Excelências inteira e sã Justiça !!!

將籌碼移到 34 及 35 的線上，有機會法庭認為是疏忽，現在這樣明顯的動作則不可能是無意。”

6. 由原審法庭在事實之判斷中所作出的詳細闡述，顯示其對案中各項證據進行了嚴謹分析，包括上訴人在答辯狀及現時所提出的觀點，才對事實作出認定。
7. 在本案並沒有出現事實認定上的相互矛盾，亦不存在結論與事實的矛盾，故此，上訴人提出的審查證據的明顯錯誤，並無出現。亦無任何事實需要重審。
8. 上訴人又認為，其所採用之方法係明顯不能，其犯罪未遂的行為，根據《刑法典》第 22 條第 3 款，應不予處罰。
9. 上訴人作出本案的犯罪行為後，即時被當值莊荷發現。上訴人的犯罪行為被當場揭發，以致犯罪未至既遂。這並不同於上訴人所採用之犯罪方法係明顯不能。實際上，倘若莊荷沒有發現上訴人的犯罪行為，便會向上訴人作出派彩，其犯罪行為是可以達至既遂的。
10. 故此，上訴人所提出的、其所採用之方法係明顯不能，並不成立。
11. 上訴人又認為，其被判處 3 個月徒刑，緩刑執行，為期 1 年，在量刑方面過重，應採用罰金刑，改判為罰金 30 日，以每日澳門幣 100 元計算，合共澳門幣 3,000 元，又或將其被判處的 3 個月徒刑以罰金代替，轉換為罰金 30 日，以每日澳門幣 100 元計算，合共澳門幣 3,000 元。而原審判決沒有充份考慮其情節，因此，違反《刑法典》第 40 條、第 44 條、第 45 條及第 65 條之規定
12. 原審法庭在量刑時明確指出考慮《刑法典》第 40 條、第 44 條、

第 64 條及第 65 條之規定及案中各項情節，才決定現時的刑罰。

13. 上訴人在娛樂場進行輪盤博彩，為獲取不正當利益，在知悉開彩結果後，故意將其已輸掉的投注籌碼移到中彩的位置，意圖製造中彩的假象，使當值莊荷產生錯誤而向其作出投注額 17 倍的派彩，只由於其意願以外的原因而未至成功。上訴人為初犯，擁有教師執照，非本地居民。上訴人跨境犯案，且是故意犯罪，甚至案件揭發後，亦沒有配合訴訟程序的進行，在知悉庭審進行的情況下，不到庭，事前亦拒絕適用《刑事訴訟法典》第 315 條第 2 款的規定(庭審在無其出席之情況下進行)，未能顯示其有悔意。
14. 此外，上訴人的刑罰必須足夠反映事實的嚴重性，方能顯示法律對其行為的回應及修補由該不法行為所造成的損害，從而重建人們的信心並警惕可能的行為人打消犯罪的念頭。
15. 因此，按照上訴人在本案的犯罪情節，罰金刑並不能滿足刑罰的目的。

基此，上訴人應理由不成立，原審法庭之判決應予維持，請求法官閣下作出公正判決。

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院司法官作出檢閱及提交法律意見，認為上訴人提出的關於罪名不成立的上訴理由不成立，其提出的量刑過重理由，由於原審判決在量刑部分存在未說明理由之無效瑕疵而不具備審理條件，故應維持原判定罪，並廢止原判量刑，將卷宗發回指令在說明量刑理由的前提下重新量刑。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各

助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

## 二、事實方面

原審法院經庭審後確認了以下的事實：

1. 2025年4月24日凌晨約1時33分，嫌犯在被害公司X澳門股份有限公司轄下的澳門X娛樂場中場PIT316第72號輪盤賭檯賭博。
2. 嫌犯將一個港幣五百元(HKD\$500.00)籌碼投注在第34號位。期後，該賭局結束投注，當值莊荷轉動輪盤，開彩的結果為31號。
3. 此時，嫌犯乘當值莊荷及他人不為意之際，將上述投注在34號位的港幣五百元(HKD\$500.00)籌碼移動到31號位與34號位之間的線上，試圖製造嫌犯中彩的假象(賠率為17倍)(見卷宗第17頁的翻閱錄影片段筆錄)。
4. 當值莊荷隨即發現嫌犯的上述行為，並通知上級報警求助。
5. 調查期間，警方扣押了上述港幣五百元(HKD\$500.00)籌碼(見卷宗第15頁的扣押筆錄)。該籌碼為嫌犯的犯罪工具。
6. 嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，為獲取不正當利益，故意在賭局開彩後，伺機將已投注的籌碼往中彩的位置移動，意圖製造中彩的假象，使當值莊荷產生錯誤，將彩金交予嫌犯，只是因非其意願的原因而未能成功。
7. 嫌犯清楚知道其行為違反法律，且會受法律制裁。
8. 嫌犯為初犯。

答辯狀上已證明之事實：

9. A Arguida teve uma perda de MOP 500.00 (quinhentas patacas) na medida em que, tendo feito uma aposta naquele valor na mesa de jogo em causa, perdeu efectivamente aquele dinheiro.
10. No dia 24 daquele mês de Abril, cerca da 1:30 hora da madrugada, a Arguida estava a jogar na mesa de jogo n.º 72 (jogo da roleta) no Casino X sito no Cotai.
11. Pelas 01:32:17 daquele dia, um apostador colocou uma ficha de jogo de cor vermelha na posição "34" daquela mesa; pelas 01:32:37, um outro apostador colocou uma ficha de jogo de cor laranja também na posição "34" daquela mesa; e pelas 01:33:29, a Arguida colocou uma ficha de jogo de cor roxa com o valor facial de HKD 500.00 (quinhentos dólares de Hong Kong) também na posição "34", conforme se comprova pelas fotografias de fls. 19, 20 e 21 e ainda pelos videos constantes dos presentes autos.
12. A croupier da mesa recolheu posteriormente todas as fichas de jogo que foram apostadas naquela mesa em prol do casino, designadamente as 3 fichas que estavam na posição "34".
13. A sua actividade na Rússia como professora, ao abrigo de uma licença que detém, conforme se comprova pelo documento que ora se junta com a respectiva tradução (DOC. 1).
14. A Arguida é casada com (B), sendo ambos pais de dois filhos menores, (C) e (D), nascidos em 6/10/2016 e 24/12/2017, respectivamente, com 9 e 7 anos de idade (DOCS. 2, 3 e 4).
15. Cumpre sublinhar ainda que a Arguida é primária, não praticou qualquer crime fosse na Rússia, em Macau, como se comprova pelo

certificado de fls. 98 e pelo certificado de registo criminal emitido pelas entidades russas cuja cópia ora se junta (DOC. 5).

未證事實：

控訴書上的未證事實：

1. 2025年4月24日或之前，嫌犯(A)計劃在澳門娛樂場內賭博時，在賭局開彩後，伺機將已投注的籌碼移動到中彩的位置上，製造中彩的假象，以騙取金錢。

答辯狀上未證明之事實：其餘與已證事實不符之重要事實，尤其是：

2. A Arguida não usou qualquer "astúcia" , sendo certo que esta não enganou ninguém (e nem sequer pretendeu enganar alguém) e não causou qualquer prejuízo patrimonial a quem quer que seja (e nem sequer pretendeu causar qualquer prejuízo), não tendo, conseqüentemente, obtido (ou pretendido obter) para si ou para terceiro qualquer enriquecimento ilegítimo.
3. Às 01:33:50 daquele dia, a bola da roleta caiu na posição "31" daquela mesa de jogo, tendo de seguida a Arguida se limitado a tocar nas três fichas colocadas na posição "34", deslocando ligeiramente as mesmas fichas para a sua esquerda, as quais, sublinhe-se, ficaram ainda totalmente dentro da posição "34", junto à linha que divide as posições "34" e "31", conforme se comprova pelas fotografias de fls. 22 e 23 e pelos videos constantes dos presentes autos.
4. Conclui-se assim que é absolutamente falso que a Arguida tenha colocado qualquer ficha de jogo na referida mesa de jogo de uma posição para uma outra posição após o resultado das apostas em causa

ter sido anunciado, não tendo assim a Arguida, em momento algum, qualquer intenção de enganar quem quer que fosse, muito menos o respectivo croupier e/ou o referido casino.

5. A Arguida é uma pessoa de bem e de elevada idoneidade moral.
6. Refira-se ainda que a Arguida nutre um especial carinho e interesse por Macau, pelas suas gentes, pela sua cultura, pela sua gastronomia e pelas actividades culturais, lúdicas e entretenimento proporcionadas pela RAEM, sendo que, desde praticamente há 12 anos a esta parte, a Interessada visita e permanece em Macau com muita assiduidade, com o seu marido e, outras vezes, com o seu marido e também com os seus dois filhos, como sucedeu na última visita realizada em 22 de Abril de 2025.
7. Para se ter uma ideia das regulares e permanentes visitas a Macau, a Arguida, depois de ultrapassado o período de quarentena devido à Covid, esteve em Macau, em lazer, por várias vezes.
8. Ou seja, a Arguida visitou Macau desde Julho de 2023 até à presente data, ou seja, em 2 anos a esta parte, diversas vezes, com o seu marido ou com este e os seus filhos, o que denota bem o particular interesse, estima e afecto que a Arguida nutre por Macau e pelas suas gentes.
9. Em conclusão, a Arguida não mudou em momento algum a sua aposta, sendo totalmente falso que tenha deslocado qualquer ficha de jogo, designadamente a ficha de HKD 500.00 (quinhentos dólares de Hong Kong) que tinha colocado na respectiva mesa de jogo, de uma posição para uma outra posição, designadamente da posição "34" para a posição "31" que tinha sido o n.º contemplado como vencedor naquela

jogada.

10. A Arguida limitou-se a tocar nas fichas colocadas na posição "34", fruto de algum nervosismo e cansaço, sendo que as mesmas fichas permaneceram na sua totalidade nessa posição até ao momento em que a croupier as retirou daquela posição.
11. Assim a Recorrente nunca teve qualquer intenção de enganar quem quer que fosse, muito menos o respectivo croupier e o referido casino.
12. É que Arguida desistiu de prosseguir na execução dessa conduta.

原審法院在事實的判斷中作出如下說明：

“在庭上證人(E)講述事件揭發的經過，並向法庭講述賭場的規則，只要籌碼放在兩號碼的分隔線上就視為買兩門，只其中一門勝出就賠 17 倍，如果買獨門，賠率是 35 倍，並表示嫌犯移動後之狀況（見第 23 頁下圖），視為買兩門。

法庭在庭上播放第 17 頁影像，包括長鏡及近鏡，看到整個案發過程，當 31 號勝出之後，嫌犯快速將原來在 34 號（獨門）的整棟籌碼放在 31 號與 34 號的分隔線上（同見第 23 頁下圖）。

影像所見，嫌犯在下注時非常俐落，而且下注了好多門，可見嫌犯並非不懂賭博規則，開彩後不能動籌碼不可能不知道，如果是無意，無須趁庄荷不在意時快速下手；根據影像所見，所移動的方位是中獎的 31，嫌犯犯案動機再明顯不過。如果嫌犯將籌碼移到 34 及 35 的線上，有機會法庭認為是疏忽，現在這樣明顯的動作則不可能是無意。”

### 三、法律方面

本上訴涉及下列問題：

- 審查證據方面明顯有錯誤
- 犯罪未遂 不予處罰
- 理由說明
- 刑罰的選擇

1. 上訴人(A) (嫌犯)提出，原審判決錯誤地將答辯狀第 21 條事實<sup>2</sup>視為未獲證明，而該答辯狀的事實可以透過卷宗第 17 頁、第 22 頁以及第 23 頁的證據資料得到認定。因此，原審法院判決患有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定審查證據方面明顯有錯誤的瑕疵。

根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定，上訴亦得以審查證據方面明顯有錯誤為依據，只要有關瑕疵係單純出自案卷所載的資料，或出自該等資料結合一般經驗法則者。

終審法院於 2001 年 3 月 16 日，在第 16/2000 號刑事上訴案判決中認定：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

---

<sup>2</sup> “Às 01:33:50 daquele dia, a bola da roleta caiu na posição “31” daquela mesa de jogo, tendo de seguida a Arguida se limitado a tocar nas três fichas colocadas na posição “34”, deslocando ligeiramente as mesmas fichas para a sua esquerda, as quais, sublinhe-se, ficaram ainda totalmente dentro da posição “34”, junto à linha que divide as posições “34” e “31”, conforme se comprova pelas fotografias de fls. 22 e 23 e pelos videos constantes dos presentes autos.”(詳見卷宗第 106 頁及 107 頁)

具體分析相關的證據，原審法院在審判聽證中聽取了案中證人的證言，審查了案中的文件、播放了現場的錄影片段等。原審法院客觀分析上述種種證據，並根據自由心證原則對上訴人實施了有關罪行的事實做出判斷。

上訴人提出，卷宗現有證據可以認定經移動後的涉案籌碼仍完全處於第 34 號位置(靠近第 34 號及第 31 號位的分隔線上)，因此其答辯狀第 21 條的事實應當獲得證實。

然而，《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款所規定的上訴理據是針對原審法院對審查證據的決定，且須出自案卷所載資料，尤其是判決本身，而並非對相關證據作出重新分析審理。

助理檢察長在意見書中分析：

“經分析卷宗中之翻閱錄影片段筆錄(詳見卷宗第 17 至 24 頁)，本院認為，相關影像截圖已明顯反映出事件之發生過程，尤其是卷宗第 22 及 23 頁清楚顯示:當輪盤珠子已落在數字 31 位置後，嫌犯將處於 34 號位置的籌碼移到 31 號與 34 號之間的線上。結合本案其他證據(包括解釋賭博規則的證人證言以及嫌犯的當時的動作和時機)，本院認為，可以合理地得出原審判決的認定結論，而該結論符合人們日常生活的經驗法則。就證據審查及認定而言，一般人也不會認為原審法官違反了經驗法則及存在明顯錯誤。”

本院同意上述分析。從經驗法則及邏輯的角度考慮，原審法院所審

查的證據，尤其是錄影影像顯示被移動過的籌碼壓在 31 號至 34 號之間的線上，因此，可客觀、直接及合理地證明上訴人實施了有關罪行，而原審法院在審查證據方面並不存在上訴人所提出的任何錯誤，更遑論明顯錯誤。

事實上，上訴人是在質疑原審法院對事實的認定，以表達其對法庭所認定的事實的不同意見來試圖質疑法官的自由心證，這是法律所不允許的。

當然，不受質疑的自由心證必須是在以客觀的、合乎邏輯及符合常理的方式審查分析證據的基礎上所形成的心證。

但在本案中，原審法院在審查證據方面並未違背以上所提到的任何準則或經驗法則，因此，上訴人不能僅以其個人觀點為由試圖推翻原審法院所形成的心證。

故此，上訴人提出的上述上訴理由並不成立。

2. 上訴人(A)(嫌犯)認為其作案手法(在荷官及其他賭客眾目睽睽的情況下移動涉案籌碼)注定是會被立即識破，因此屬於《刑法典》第 22 條第 3 款所規定的採用之方法係明顯不能，繼而主張其未遂行為應不予處罰。

《刑法典》第 22 條規定：

“一、有關之既遂犯可處以最高限度超逾三年之徒刑時，犯罪未遂方予處罰，但另有規定者除外。

二、犯罪未遂，以可科處於既遂犯而經特別減輕之刑罰處罰之。

三、行為人採用之方法係明顯不能者，或犯罪既遂所必要具備之對

象不存在者，犯罪未遂不予處罰。”

助理檢察長在意見書中有如下分析：

“澳門終審法院的司法見解亦認為，“只有在行為人採用之方法屬明顯不能達至犯罪或者犯罪既遂所必要具備之標的物明顯不存在時，才構成不予處罰的不能未遂的情況，因此，方法的不當以及標的物的欠缺除非屬顯而易見，否則並不妨礙未遂行為的可處罰性。同時，方法的不當以及標的物的欠缺不應以行為人的想法為出發點來加以判斷，而應通過一般的經驗法則或者適當因果關係的規則來予以判定，也就是說，要依一般人的標準來進行客觀判斷。換句話說，只有在一般人都可以清楚及明顯地察覺到方法的不當以及標的物的不存在時，未遂行為才不應被處罰。”<sup>3</sup>

根據原審已證事實，上訴人所採用的犯罪方法是，在賭局開彩後將未中彩的籌碼移動至中彩的位置。本院認為，這個犯罪方法的成功與否是取決於行為人的手法、隱蔽技巧以及娛樂場員工的注意程度等等，正如本院上訴答覆中所指，“倘若莊荷沒有發現上訴人的犯罪行為，便會向上訴人作出派彩，其犯罪行為是可以達至既遂的。”質言之，從一般經驗上講，上訴人使用的方法在未被他人注意及發現的情況下是有可能引致既遂的，其是否成功取決於以上條件的偶然性，其使用之方法並非在性質上以及效用絕對不可行。”

本院同意上述分析。因此，上訴人提出的上述上訴理由亦不成立。

3. 助理檢察長在意見書中提出原審裁判在量刑時存有欠缺理由說明的瑕疵，因此，違反《刑事訴訟法典》第 356 條第 1 款及《刑法典》第 65

---

<sup>3</sup>參見澳門終審法院 2012 年 12 月 14 日在第 74/2012 號案中作出之裁判。

條第 2 款及第 3 款的規定。

《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款的規定：

“二、緊隨案件敘述部分之後為理由說明部分，當中列舉經證明及未經證明的事實，以及闡述即使扼要但儘可能完整、且作為裁判依據的事實上及法律上的理由，並列出用作形成法院心證且經審查及衡量的證據。”

《刑事訴訟法典》第 356 條規定：

“一、有罪判決內須指出選擇所科處之制裁及其份量之依據，有需要時尤其須指出履行制裁之開始時間、命令被判刑者履行之其他義務及其存續期間，以及被判刑者重新適應社會之個人計劃。

二、有罪判決宣讀後，主持審判之法官如認為適宜，則向嫌犯作出簡短之訓諭，勸其改過自新。

三、為着本法典之規定之效力，宣告免除刑罰之判決亦視為有罪判決。”

《刑事訴訟法典》第 360 條規定：

“一、屬下列情況的判決無效：

a) 凡未載有第三百五十五條第二款及第三款 b 項所規定載明之事項者；或

b) 在非屬第三百三十九條及第三百四十條所指之情況及條件下，以起訴書中，或無起訴時，以控訴書中未描述之事實作出判罪者。

二、判決的無效須在上訴中爭辯或審理，法院亦可對有關無效作出補正，並經作出必需的配合後，適用第四百零四條第二款的規定。”

《刑法典》第 65 條規定：

“一、刑罰份量之確定須按照行為人之罪過及預防犯罪之要求，在法律所定之限度內為之。

二、在確定刑罰之份量時，法院須考慮所有對行為人有利或不利而不屬罪狀之情節，尤須考慮下列情節：

a) 事實之不法程度、實行事實之方式、事實所造成之後果之嚴重性，以及行為人對被要求須負之義務之違反程度；

b) 故意或過失之嚴重程度；

c) 在犯罪時所表露之情感及犯罪之目的或動機；

d) 行為人之個人狀況及經濟狀況；

e) 作出事實之前及之後之行為，尤其係為彌補犯罪之後果而作出之行為；

f) 在事實中顯示並無為保持合規範之行為作出準備，而欠缺該準備係應透過科處刑罰予以譴責者。

三、在判決中須明確指出量刑之依據。”

《刑事訴訟法典》相關條文規定，法律在裁判說明理由方面有著新的要求，對於法院心證形成的說明及解釋，定下了更為嚴格的標準，藉此向各訴訟實體提供了更大的保障。

然而，對於應該說明的程度或標準，法律也只要求以一種扼要的，但盡可能完整的方式闡述。

另一方面，《刑事訴訟法典》第 360 條規定無效的情況並不包括第 356 條第 1 款的欠缺。

我們來看看本案情況，在量刑方面，原審法院說明如下：

“在根據澳門《刑法典》第 40 條及 65 條之規定確定具體之刑罰時，

須按照行為人之過錯及預防犯罪之要求為之，並須考慮不法程度、實行之方式、後果之嚴重性、對被要求須負之義務之違反程度、故意之嚴重程度、所表露之情感、嫌犯之動機、個人狀況及經濟狀況、犯罪前後之行為及其他已確定之情節。

因此，就嫌犯(A)以未遂方式觸犯澳門《刑法典》第 211 條第 1 款及第 2 款所規定及處罰的一項詐騙罪，判處三個月徒刑。”

從上述表述中可以看到，原審判決在量刑時提及到“須考慮不法程度、實行之方式、後果之嚴重性、對被要求須負之義務之違反程度、故意之嚴重程度、所表露之情感、嫌犯之動機、個人狀況及經濟狀況、犯罪前後之行為及其他已確定之情節。”雖然原審法院並未指出本案犯罪事實的不法程度(高、中或低等)、嫌犯的故意程度(高、中或低等)的具體情況，但這並不能說原審法院對相關因素未作考慮。

事實上，若果原審法院在量刑說明方面作出更具體或精準的說明，可更令訴訟各方看到相關的公正，然而，判決是一體的，因此，可以透過獲證事實、情節等看到事實的不法程度及作案人的故意程度，從判決整體中亦可以看到量刑的相關理據。

正如中級法院在 2019 年 7 月 11 日，第 23/2019 號裁判書中的裁決：

“既然法律容許法院自由在法定的刑幅之間決定一個合適的刑罰，其簡單引用《刑法典》第 65 條的量刑情節，已經足以表明法院確實考慮了這些因素，只不過是在衡平的原則下選擇一個自認為合適的刑罰，而上訴法院的審查也僅限於原審法院的最後選擇的刑罰明顯過高或者刑罰不合適的情況。”

本院維持上述判決的見解。故此，原審判決並不存有缺乏說明的情況。

4. 上訴人(A) (嫌犯)提出，其為初犯、個人背景良好、其罪過及行為不法性程度屬低以及事件沒有造成任何實際損害，從而請求改判罰金刑或以罰金代替徒刑。

《刑法典》第 64 條規定：

“如對犯罪可選科剝奪自由之刑罰或非剝奪自由之刑罰，則只要非剝奪自由之刑罰可適當及足以實現處罰之目的，法院須先選非剝奪自由之刑罰。”

《刑法典》第 44 條規定：

“一、科處之徒刑不超逾六個月者，須以相等日數之罰金或以其他可科處之非剝奪自由之刑罰代替之，但為預防將來犯罪而有必要執行徒刑者，不在此限；下條第三款及第四款之規定，相應適用之。

二、被判刑者如不繳納罰金，須服所科處之徒刑；第四十七條第三款之規定，相應適用之。”

在刑罰選擇方面，原審法庭解釋：

“根據澳門《刑法典》第 64 條規定，在選擇刑罰方面，應先採取非剝奪自由之刑罰，除此刑罰屬不適當或不足以實現處罰之目的，考慮本卷宗有關的犯罪情節，為廣泛預防及針對預防，法庭認為對嫌犯採用罰金不足以實現處罰之目的。

...

根據澳門《刑法典》第 44 條第 1 款之規定，在選擇刑罰方面，應先採取非剝奪自由之刑罰，因此，科處之徒刑不超過六個月者，可以相等日數之罰金代替之，但考慮到嫌犯之人格及犯案性質，無論是就廣泛預防犯罪還是針對性預防犯罪，本院均認為罰金達不到刑罰之目的。故此，不以罰金代替徒刑。”

上訴人觸犯的一項《刑法典》第 211 條第 1 款及第 2 款所規定及處罰的詐騙罪，可判處一個月至兩年徒刑或科十日至二百四十日罰金。

考慮到在賭場內賭博時發生的詐騙案屢屢發生，為着預防之目的，對上訴人採用罰金的確不足以實現處罰目的，應該對上訴人選擇徒刑。而原審法院判處三個月徒刑的量刑亦依法合理。

然而，考慮到上訴人案發時為初犯，其行為屬偶然犯罪行為，其犯罪故意程度一般，涉及金額不高，本院認為無必要執行徒刑，可將科處的徒刑以罰金代替。因此，本院改判以相同日數(九十日)罰金代替，根據《刑法典》第 45 條第 1 款及第 2 款的規定，按照上訴人的個人及家庭的實際經濟情況，日罰額定為一百澳門元 (MOP\$100.00)，即合共為九千澳門元 (MOP\$9,000.00)。上訴人如不繳納罰金，須服所科處之三個月徒刑。

因此，上訴人的提出的上述上訴理由部分成立。

#### 四、 決定

綜上所述，合議庭裁定上訴人的上訴理由部分成立。

合議庭裁定上訴人觸犯一項《刑法典》第 211 條第 1 款及第 2 款所規定及處罰的詐騙罪，判處三個月徒刑，徒刑以九十日罰金代替，每日罰金為一百澳門元 (MOP\$100.00)，合共為九千澳門元 (MOP\$9,000.00)。上訴人如不繳納罰金，須服所科處之三個月徒刑。

維持原審其餘裁決。

判處上訴人繳付 3 個計算單位之司法費，以及二分之一上訴的訴訟負擔。

著令通知。

2026 年 4 月 29 日

---

譚曉華 (裁判書製作人)

---

周艷平 (第一助審法官)

---

簡靜霞 (第二助審法官)